

SUMÁRIO

TÍTULO I DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Artigo 1º

- 1 Seguridade social e previdência social
- 2 Tendências mundiais de reforma dos sistemas previdenciários
- 3 Riscos sociais

Artigo 2º

- 1 Princípios – generalidades
- 2 Universalidade
- 3 Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais
- 4 Seletividade e distributividade
- 5 Correção monetária dos salários de contribuição
- 6 Irredutibilidade do valor dos benefícios e preservação do valor real
- 7 Valor mínimo dos benefícios
- 8 Previdência complementar facultativa
- 9 Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa

Artigo 3º

- 1 Conselho Nacional de Previdência Social

Artigo 4º

- 1 Competências do Conselho Nacional de Previdência Social

Artigo 5º

- 1 Dever de colaboração dos órgãos governamentais

Artigo 6º

- 1 Ouvidoria-geral

Artigo 7º

Artigo 8º

TÍTULO II DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Artigo 9º

- 1 Regimes de previdência
- 2 Seguro-desemprego

TÍTULO III DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Artigo 10

- 1 Beneficiários

Artigo 11

- 1 Espécies de segurados e generalidades

- 2 Empregados
 - 2.1 Empregado urbano ou rural no território nacional (alínea *a* do inciso I)
 - 2.2 Trabalhador temporário (alínea *b* do inciso I)
 - 2.2.1 Trabalhador rural contratado por pequeno prazo
 - 2.3 Trabalho realizado fora do Brasil (alíneas *c* e *f* do inciso I)
 - 2.4 Empregado de missão diplomática ou repartição consular (alíneas *d* e *i* do inciso I)
 - 2.5 Trabalho para a União no exterior (alínea *e* do inciso I)
 - 2.6 Servidor público (alínea *g* do inciso I)
 - 2.7 Agentes políticos (alíneas *h* e *j* do inciso I)
 - 2.8 Estagiário
 - 2.9 Aluno-aprendiz e empregado-aprendiz
- 3 Empregados domésticos
- 4 Contribuinte individual
 - 4.1 Empresário
 - 4.2 Autônomo
 - 4.3 Equiparado a autônomo
 - 4.4 Trabalhadores cooperados
- 5 Avulso
- 6 Segurado especial
 - 6.1 Antecedentes
 - 6.2 Caracterização
 - 6.2.1 Regime de economia familiar e utilização de empregados
 - 6.2.2 Contribuição do segurado especial e direito a benefícios
 - 6.2.3 Trabalho indispensável à própria subsistência e exercício de outra atividade
 - 6.2.4 Participação de segurado especial em sociedade empresária e em cooperativas
 - 6.2.5 Residência no imóvel rural
 - 6.2.6 Tamanho da propriedade
 - 6.2.7 Perda da qualidade de segurado especial
 - 6.3 Garimpeiro
- 7 Situação do preso
- 8 Exercício de dupla atividade
- 9 Dirigente sindical
- 10 Segurado aposentado
- 11 Segurado de baixa renda e microempreendedor individual

Artigo 12

- 1 Regimes de previdência
- 2 Servidor cedido ou requisitado para outro órgão
- 3 Ação judicial

Artigo 13

- 1 Segurado facultativo
- 2 Restituição de contribuições vertidas por segurado facultativo

Artigo 14

- 1 Empresa
- 2 Empregador doméstico

Artigo 15

- 1 Aquisição e manutenção da qualidade de segurado
- 2 Período de graça
 - 2.1 Prorrogação para o contribuinte individual e para o segurado especial
 - 2.2 Percepção de seguro-desemprego e início do prazo da perda da qualidade de segurado
- 3 Suspensão da qualidade de segurado
- 4 Perda da qualidade de segurado

Artigo 16

- 1 Dependentes – noção
- 2 Cônjuge
- 3 Companheiro e companheira
- 4 Companheiros homossexuais
- 5 Filho
 - 5.1 Filho menor de 21 anos
 - 5.2 Filho inválido
 - 5.3 Filhos com deficiência
 - 5.4 Adoção
- 6 Equiparados a filho
- 7 Pais
- 8 Irmãos
- 9 Avós e guarda de fato
- 10 Classes
- 11 Dependência

Artigo 17

- 1 Filiação
- 2 Inscrição
- 3 Inscrição do segurado especial

Artigo 18

- 1 Prestações previdenciárias
- 2 Aposentado que retorna ao exercício de atividade
- 3 Exclusão do direito à aposentadoria por tempo de contribuição

Artigo 19

- 1 Acidente do trabalho – introdução
- 2 Conceito

Artigo 20

- 1 Doença profissional e doença do trabalho

Artigo 21

- 1 Acidentes do trabalho por equiparação

Artigo 21-A

- 1 Nexo técnico epidemiológico

Artigo 22

- 1 Comunicação do acidente do trabalho

Artigo 23

- 1 Dia do acidente

Artigo 24

- 1 Conceito de carência
- 2 Contribuições anteriores à perda da qualidade de segurado
- 3 Contribuições recolhidas com atraso
- 4 As propostas de revogação do parágrafo único (MP nº 242/05, MP nº 739/16 e MP nº 767/17)

Artigo 25

- 1 Períodos de carência
- 2 Salário-maternidade – distinção entre os segurados
- 3 Pensão por morte e a MP nº 664/14

Artigo 26

- 1 Dispensa da carência

Artigo 27

- 1 Contribuições consideradas para efeito de carência
- 2 Situação do contribuinte individual a partir de abril de 2003
- 3 Contribuições anteriores no caso de segurados que retornam ao sistema
- 4 Tempo em percepção de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez

Artigo 27-A

- 1 Retorno ao sistema e necessidade de cumprimento integral da carência

Artigo 28

- 1 Salário de benefício e renda mensal inicial
- 2 Sistemática diferenciada das prestações acidentárias
- 3 Servidores públicos ocupantes de cargos efetivos

Artigo 29

- 1 Salário de benefício
- 2 Salário de contribuição
 - 2.1 Espécies de salário de contribuição
 - 2.2 Microempreendedor individual e segurado facultativo de baixa renda
 - 2.3 Salário de contribuição do empregado, do doméstico e do avulso
 - 2.3.1 Parcelas integrantes do salário de contribuição
 - 2.3.2 Benefícios pagos pela Previdência Social
 - 2.3.3 Salário-maternidade como salário de contribuição
 - 2.3.4 Valores percebidos a título de auxílio-acidente
 - 2.3.5 Contribuição sobre o abono anual
 - 2.3.6 Contribuição sobre o abono anual para cálculo do salário de benefício
 - 2.3.7 Contribuição sobre o adicional de férias

- 2.3.8 Contribuição incidente sobre o período de espera (salário pago pelo empregador relativamente aos 15 primeiros dias da licença)
 - 2.3.9 Subsídio pastoral
 - 2.4 Salário de contribuição do contribuinte individual (autónomos, equiparados, empresários) e do segurado facultativo
 - 2.4.1 Questões afetas ao sistema antigo da escala de salário-base
 - 2.4.2 Regressão
 - 2.4.3 Exercício simultâneo de atividades
 - 2.4.4 Eliminação da escala de salário-base
 - 2.5 Aposentado
 - 2.6 Segurado especial
 - 3 Período básico de cálculo
 - 3.1 Regras anteriores
 - 3.2 Regras atuais
 - 3.2.1 PBC do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez
 - 3.2.2 Limitação da renda mensal do auxílio-doença à média dos doze últimos salários de contribuição
 - 4 Fator previdenciário
 - 4.1 Direito adquirido e regra de transição da EC nº 20/98
 - 4.2 Aplicação da regra do fator de forma integral quando o fator de transição é menos favorável
 - 4.3 Correção dos salários de contribuição até a DER

Artigo 29-A

- 1 Informações do CNIS para cálculo do salário de benefício

Artigo 29-B

- 1 Índice de correção dos salários de contribuição

Artigo 29-C

- 1 Não incidência do fator previdenciário

Artigo 30

- 1 Remuneração variável no caso de prestações acidentárias

Artigo 31

- 1 Reajuste dos salários de contribuição
- 2 Auxílio-acidente

Artigo 32

- 1 Atividades concomitantes

Artigo 33

- 1 Valor mínimo do benefício
- 2 Limitações legais com reflexos no valor dos benefícios
 - 2.1 Limitação dos salários de contribuição
 - 2.2 Limitação do salário de benefício
 - 2.3 Limitação da renda mensal inicial
- 3 Reforma constitucional e limitações no cálculo do valor dos benefícios
- 4 O valor real dos benefícios e a aplicação dos “novos tetos” (RE 564.354)

Artigo 34

- 1 Noção
- 2 Empregados e avulsos
- 3 Empregados domésticos
- 4 Contribuintes individuais e segurados facultativos
- 5 Segurado especial

Artigo 35

- 1 Desconhecimento do valor dos salários de contribuição

Artigo 36

- 1 Falta de prova do recolhimento das contribuições do doméstico

Artigo 37

- 1 Revisão do benefício

Artigo 38

- 1 Cadastro de informações

Artigo 38-A

- 1 Cadastramento dos segurados especiais

Artigo 38-B

Artigo 39

- 1 Benefícios devidos aos segurados especiais
- 2 Recolhimento de contribuições atrasadas por segurado especial
- 3 Auxílio-acidente para o segurado especial

Artigo 40

- 1 Abono anual

Artigo 41

Artigo 41-A

- 1 Reajustamento dos benefícios
 - 1.1 Noção e generalidades
 - 1.2 Cláusula de preservação do valor real
 - 1.3 Equivalência com o salário mínimo
 - 1.4 Índice integral no primeiro reajuste
- 2 Pagamento
 - 2.1 Data do pagamento
 - 2.2 Primeiro pagamento

Artigo 42

- 1 Requisitos
- 2 Comprovação da incapacidade na esfera administrativa
- 3 Preexistência do estado incapacitante
- 4 Questões processuais
 - 4.1 Princípio da fungibilidade das ações previdenciárias
 - 4.2 Antecipação de tutela
 - 4.3 Coisa julgada

- 4.4 Revisão administrativa de benefício concedido pela via judicial
- 5 Aposentadoria por invalidez com isenção de imposto de renda na fonte

Artigo 43

- 1 Termo inicial
- 2 Convocação para avaliação do estado incapacitante

Artigo 44

- 1 Coeficiente
- 2 Renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença

Artigo 45

- 1 Acréscimo de 25%
- 2 Aplicação do acréscimo para outras aposentadorias

Artigo 46

- 1 Vedação do retorno

Artigo 47

- 1 Mensalidades de recuperação

Artigo 48

- 1 Aposentadoria por idade – requisitos
- 2 Aposentadoria por idade para os trabalhadores rurais
- 3 Aposentadoria não contributiva para os trabalhadores rurais
- 4 Aposentadoria por idade mediante a adição de períodos contributivos e períodos não contributivos (aposentadoria híbrida)
- 5 Conversão da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade

Artigo 49

- 1 Data de início das aposentadorias
- 2 Termo inicial e ações judiciais

Artigo 50

- 1 Coeficiente de cálculo da aposentadoria por idade
- 2 Emprego do tempo rural para aumento do coeficiente de cálculo
- 3 Renda mensal de benefício deferido com base na Lei nº 10.666/03

Artigo 51

- 1 Aposentadoria compulsória

Artigo 52

- 1 Aposentadoria por tempo de serviço – requisitos
- 2 Aposentadoria por tempo de serviço e reforma da EC nº 20/98
- 3 Direitos adquiridos
 - 3.1 Tempo de serviço e direitos adquiridos
- 4 Regras de transição do art. 9º da EC nº 20/98
- 5 Regras permanentes

Artigo 53

- 1 Coeficiente de cálculo da aposentadoria por tempo de serviço
- 2 Proporcionalidade

3 Direito adquirido e o tempo de serviço posterior à EC nº 20/98

Artigo 54

1 Data de início – regra remissiva

Artigo 55

- 1 Tempo de serviço e tempo de contribuição
 - 1.1 Tempo rural não contributivo
 - 1.2 Tempo rural registrado em CTPS anterior ao advento da Lei nº 8.213/91
 - 1.3 Tempo ficto
 - 1.4 Tempo em percepção de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez
 - 1.5 Tempo de contribuição de segurado de baixa renda
- 2 Prova tarifada
- 3 Prova documental
- 4 Possibilidade de reconhecimento de tempo anterior ao documento mais antigo
- 5 Tempo de serviço já averbado
- 6 Pedido de aposentadoria e determinação de averbação do tempo de serviço
- 7 Desaposentação

Artigo 56

- 1 Aposentadoria especial do professor
- 2 Aplicabilidade da regra de conversão
- 3 Aplicação do fator previdenciário

Artigo 57

- 1 Aposentadoria especial
 - 1.1 Generalidades
 - 1.2 Requisitos
- 2 Termo inicial
- 3 Insalubridade, periculosidade e penosidade
 - 3.1 Restrição da especialidade para as atividades insalubres
 - 3.2 Elenco de agentes nocivos baixado pela administração é taxativo ou exemplificativo?
 - 3.3 Neutralização da insalubridade
 - 3.4 Atividade perigosa depois de 05.03.1997
 - 3.5 Atividade penosa depois de 05.03.1997
- 4 Âmbito subjetivo da prestação
- 5 Renda mensal inicial e conversão
- 6 Fator de conversão
- 7 Financiamento específico
- 8 Proibição do retorno
- 9 Aposentadoria especial para servidores públicos
- 10 Aposentadoria da pessoa com deficiência
 - 10.1 Considerações iniciais
 - 10.2 Das modalidades de aposentadoria
 - 10.3 Da conversão de períodos
 - 10.4 Cálculo do benefício

Artigo 58

- 1 Critérios legais de caracterização das condições especiais
- 2 Comprovação dos requisitos
- 3 A exigência de laudo pericial e a interpretação da jurisprudência
- 4 Perfil profissiográfico previdenciário

Artigo 59

- 1 Auxílio-doença – requisitos
- 2 Incapacidade preexistente
- 3 Data de início da doença e data de início da incapacidade
- 4 Mudanças previstas pela MP nº 664, de 30.12.2014

Artigo 60

- 1 Data de início do benefício
- 2 Alta programada
- 3 Alta programada e as MP nºs 739/16 e 767/17
- 4 Interesse de agir e alta programada
- 5 Concessão provisória em face da demora na realização da perícia
- 6 Recepção de documentação médica do segurado e o Decreto nº 8.691/16
- 7 Exercício de atividade por parte de segurado incapaz
- 8 Condições pessoais e doenças discriminatórias

Artigo 61

- 1 Coeficiente de cálculo do auxílio-doença
- 2 Limitações da renda mensal do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez

Artigo 62

- 1 Caráter precário e formas de extinção
- 2 cessação condicionada a reabilitação profissional

Artigo 63

- 1 Interrupção e suspensão do contrato de trabalho

Artigo 64

- 1 Reabertura de benefício acidentário

Artigo 65

- 1 Noção
- 2 Beneficiários
- 3 Mudanças constitucionais relevantes no salário-família
- 4 Justiça competente

Artigo 66

- 1 Valor das cotas

Artigo 67

- 1 Necessidade de comprovação
- 2 Comprovação para o empregado doméstico
- 3 Cessão do pagamento das cotas

Artigo 68

- 1 Forma de pagamento do salário-família

Artigo 69

- 1 Salário-família devido ao avulso, forma de pagamento

Artigo 70

- 1 Vedação da incorporação

Artigo 71

- 1 Salário-maternidade – generalidades
- 2 Duração do salário-maternidade
- 3 Ampliação do prazo pelas Leis nº 11.770/08 e nº 13.257/06
- 4 Pagamento diretamente pelas empresas

Artigo 71-A

- 1 Salário-maternidade devido à mãe adotiva
- 2 Ampliação da licença-maternidade para a empregada adotante
- 3 Concessão do benefício para homem
- 4 Pagamento realizado pela Previdência Social

Artigo 71-B

- 1 Falecimento de segurado ou segurada com direito ao salário-maternidade
- 2 Eventos simultâneos

Artigo 71-C**Artigo 72**

- 1 Renda mensal
- 2 Trabalhadora avulsa
- 3 Salário-maternidade devido à empregada do microempreendedor individual
- 4 Compensação
- 5 Prazo de guarda da documentação

Artigo 73

- 1 Renda mensal do benefício
 - 1.1 Segurada em situação de desemprego
 - 1.2 Segurada demitida por justa causa
- 2 Possibilidade de superação do teto

Artigo 74

- 1 Pensão por morte – nomenclatura
- 2 Noção e requisitos
- 3 Data de início
- 4 O contexto das mudanças efetuadas no benefício de pensão
- 5 Perda do direito à pensão por indignidade
- 6 Tempo mínimo de convivência do cônjuge ou companheiro
- 7 Pensão rural

Artigo 75

- 1 Cálculo e irretroatividade da lei nova mais benéfica
- 2 Revisão do benefício originário com efeitos na pensão

- 3 Os critérios de cálculo da MP nº 664/14 que não foram acolhidos

Artigo 76

- 1 Generalidades
- 2 Habilitação posterior de filho absolutamente incapaz
- 3 Habilitação posterior quando o benefício já foi recebido pelo filho do casal
- 4 Habilitação posterior da esposa ou companheira
- 5 Cônjuge ausente
- 6 Dependência econômica

Artigo 77

- 1 Beneficiários
- 2 Reversão das cotas
- 3 Extinção das cotas
 - 3.1 Filho ou irmão com deficiência
 - 3.2 Cotas temporárias e expectativa de sobrevivência
- 4 Ação judicial

Artigo 78

- 1 Morte presumida
- 2 Reaparecimento
- 3 Competência

Artigo 79

- 1 Prescrição e decadência

Artigo 80

- 1 Auxílio-reclusão – noção
- 2 Termo inicial
- 3 Requisitos
- 4 Ausência de remuneração por parte do recluso e exercício de atividade
- 5 Regime prisional
- 6 Limite de renda para obtenção do benefício
- 7 Segurado desempregado no momento da prisão
- 8 Renda do benefício
- 9 Suspensão do pagamento do auxílio-reclusão
- 10 Extinção do auxílio-reclusão

Artigo 81

- 1 Pecúlios (Revogado)

Artigo 82

Artigo 83

Artigo 84

Artigo 85

Artigo 86

- 1 Auxílio-acidente – noção
- 2 Beneficiários
- 3 Requisitos
- 4 Renda mensal
- 5 Data de início

- 6 Acumulação
- 7 Abono anual
- 8 Auxílio suplementar
- 9 Competência

Artigo 87

- 1 Abono de permanência

Artigo 88

- 1 Serviço social

Artigo 89

- 1 Habilitação e reabilitação profissional

Artigo 90

- 1 Extensão

Artigo 91

- 1 Deslocamento

Artigo 92

- 1 Certificado de capacidade

Artigo 93

- 1 Reserva de vagas

Artigo 94

- 1 Contagem recíproca
- 2 Reconhecimento de filiação e averbação
- 3 Certidão de tempo de contribuição
- 4 Certidão de tempo de contribuição e tempo laborado em condições especiais
- 5 Certidão de tempo de contribuição e aproveitamento do tempo rural não contributivo
- 6 Segurado de baixa renda e contagem recíproca

Artigo 95

- 1 Carência para contagem recíproca

Artigo 96

- 1 Limites
 - 1.1 Tempo de serviço laborado em condições especiais
 - 1.2 Tempo de serviço em atividades simultâneas
 - 1.3 Tempo de serviço utilizado
 - 1.4 Limitação no número de anos para efeito de compensação financeira
 - 1.5 Juros moratórios sobre a indenização
 - 1.6 Tempo de serviço rural

Artigo 97

- 1 Aposentadoria proporcional

Artigo 98

- 1 Emprego do tempo excedente

Artigo 99

- 1 Regime instituidor

Artigo 100

- 1 Salário-família e salário-maternidade para o segurado especial

Artigo 101

- 1 Exame médico

Artigo 102

- 1 Perda da qualidade de segurado
- 2 Perda da qualidade de segurado e aposentadoria por idade
 - 2.1 Dissociação dos requisitos
- 3 Perda da qualidade de segurado e benefícios por incapacidade
- 4 Perda da qualidade de segurado e pensão por morte
- 5 Regularização posterior mediante pagamento das contribuições em atraso

Artigo 103

- 1 Prescrição
 - 1.1 Impedimento e suspensão da prescrição
 - 1.2 Interrupção da prescrição
 - 1.3 Termo inicial da prescrição
 - 1.4 Momento para alegação da prescrição e decretação de ofício
 - 1.5 Prescrição segundo o Decreto nº 20.910/32
- 2 Decadência
 - 2.1 As Súmulas nº 64 e nº 81 da TNU
 - 2.2 Pedidos não analisados pelo INSS no processo administrativo concessório
 - 2.3 Reclamatória trabalhista
 - 2.4 Aplicação dos tetos previstos nas ECs 20/98 e 41/03
 - 2.5 IRSM de fevereiro de 1994 e a Lei nº 10.999/04
 - 2.6 Revisão do inciso II do art. 29 da LBPS
 - 2.7 Direito ao melhor benefício
- 3 Pedidos de desaposestação
- 4 Decadência no caso de benefício derivado

Artigo 103-A

- 1 Decadência para a administração
 - 1.1 A regra atual
 - 1.2 A regra geral (Lei nº 9.784/99, art. 54)
 - 1.3 A regra específica anterior
 - 1.4 Procedimento administrativo na cassação de benefícios

Artigo 104

- 1 Prescrição no acidente do trabalho

Artigo 105

- 1 Requerimento de benefício – noção
- 2 Agendamento e data de início do benefício
- 3 Prévio requerimento administrativo e ação judicial

Artigo 106

- 1 Comprovação do exercício de atividade rural
- 2 Eficácia prospectiva e retrospectiva dos documentos

Artigo 107

- 1 Tempo de serviço e cálculo dos benefícios

Artigo 108

- 1 Justificação administrativa
- 2 Justificação administrativa determinada por decisão judicial

Artigo 109

- 1 Noção – pagamento

Artigo 110

- 1 Pagamento a incapaz

Artigo 110-A**Artigo 111**

- 1 Pagamento a segurado menor

Artigo 112

- 1 Valor não recebido em vida pelo segurado
- 2 Aplicação para as ações previdenciárias
- 3 Pagamento do resíduo

Artigo 113

- 1 Depósito em conta-corrente

Artigo 114

- 1 Intangibilidade

Artigo 115

- 1 Descontos
- 2 Contribuições
- 3 Pagamento indevido
 - 3.1 Benefício de valor mínimo
 - 3.2 Valores recebidos de boa-fé
 - 3.3 Limite mensal do desconto
 - 3.4 Valores recebidos de má-fé
 - 3.5 Compensação de pagamento a maior na ação judicial
- 4 Imposto de Renda Retido na Fonte
 - 4.1 Valores acumulados
 - 4.2 Isenção
 - 4.3 Ação judicial
- 5 Mensalidades de associações
- 6 Pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil
- 7 Antecipação de pagamento em caso de calamidade pública

Artigo 116

- 1 Demonstrativo de pagamento
- 2 Ação judicial

Artigo 117

- 1 Convênio

Artigo 118

- 1 Estabilidade

Artigo 119

- 1 Prevenção de acidentes do trabalho

Artigo 120

- 1 Ação regressiva
- 2 Ação regressiva quando o risco social decorreu de ato ilícito praticado por terceiro
- 3 Prazo prescricional da ação regressiva

Artigo 121

- 1 Responsabilidade subsidiária
- 2 Competência

Artigo 122

- 1 Direito adquirido
- 2 Pensão por morte mais vantajosa

Artigo 123

- 1 Transformação em aposentadoria acidentária

Artigo 124

- 1 Acumulação de benefícios – noção
 - 1.1 Aposentadoria e auxílio-doença
 - 1.2 Acumulação de aposentadorias
 - 1.2.1 Aposentadoria por idade
 - 1.3 Aposentadoria e abono de permanência
 - 1.4 Salário-maternidade e auxílio-doença
 - 1.5 Acumulação de pensões
 - 1.5.1 Acumulação de pensão rural com aposentadoria urbana
 - 1.6 Seguro-desemprego
 - 1.7 Auxílio-acidente
 - 1.8 Auxílio-reclusão
 - 1.9 Benefício assistencial de prestação continuada
 - 1.10 Pensão especial para vítimas da “talidomida”
 - 1.11 Pensão especial de ex-combatente

TÍTULO IV**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS****Artigo 125**

- 1 Regra de contrapartida

Artigo 125-A

- 1 Fiscalização das obrigações não tributárias

Artigo 126

- 1 Contencioso administrativo – noção
- 2 Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS
- 3 Prazo
- 4 Efeitos

- 5 Depósito prévio

Artigo 127

- 1 Particularidades processuais em matéria previdenciária
- 2 Litisconsórcio
- 3 Intervenção do Ministério Público
- 4 Prioridade

Artigo 128

- 1 Assistência judiciária gratuita
- 2 Gratuidade da justiça
- 3 Isenção de custas
- 4 Custas em ação ajuizada nos JEFS
- 5 Requisição de pequeno valor
- 6 Requisição de honorários advocatícios
- 7 Complemento positivo

Artigo 129

- 1 Competência
 - 1.1 Ações previdenciárias em geral
 - 1.2 Competência absoluta ou relativa
 - 1.3 Unidades Avançadas de Atendimento (UAA)
 - 1.4 Ações acidentárias
 - 1.4.1 Ações de concessão
 - 1.4.2 Ações revisionais
 - 1.5 Benefício assistencial
 - 1.6 Mandado de segurança
 - 1.7 Momento da fixação da competência
 - 1.8 Alvará
 - 1.9 Retificação de registro civil
 - 1.10 Juizado Especial Federal
 - 1.11 Cumulação de pedidos e valor da causa
 - 1.12 Ações que versam sobre previdência complementar
- 2 Contencioso administrativo
- 3 Honorários
 - 3.1 Honorários na execução de sentença

Artigo 130

- 1 Considerações gerais
- 2 Tutela específica
- 3 Tutelas provisórias no novo CPC
- 4 Liquidação
- 5 Erro material
- 6 Medidas constritivas
- 7 Critérios de atualização monetária
- 8 Juros

- 8.1 Percentual de juros
- 8.2 Correção monetária e juros depois da Lei nº 11.960/09
- 8.3 Termos inicial e final da contagem dos juros
- 9 Recursos
 - 9.1 Apelação
 - 9.2 Agravo de instrumento
 - 9.3 Agravo interno
 - 9.4 Embargos de declaração
 - 9.5 Recursos especial e extraordinário
 - 9.5.1 Recurso especial
 - 9.6 Recurso extraordinário
- 10 Reexame necessário
- 11 Recursos nos Juizados Especiais Federais
 - 11.1 Recurso contra decisão que aprecia o pedido de tutela de urgência
 - 11.2 Recurso contra sentença
 - 11.3 Embargos de declaração
 - 11.4 Incidentes de uniformização
 - 11.4.1 Incidente de uniformização regional
 - 11.4.2 Incidente de uniformização nacional
 - 11.4.3 Incidente de uniformização dirigido ao STJ
 - 11.4.4 Interposição simultânea
 - 11.5 Agravo e agravo interno
 - 11.6 Agravo regimental
- 12 Execução nos Juizados Especiais Federais

Artigo 131

- 1 Defesa – noção
- 2 Citação e intimações
- 3 Resposta do réu
 - 3.1 Procuração
 - 3.2 Revelia
 - 3.3 Prova

Artigo 132

- 1 Formalização de desistência por parte do INSS
- 2 Desistência e honorários advocatícios

Artigo 133

- 1 Multa

Artigo 134

- 1 Reajuste dos valores na lei

Artigo 135

- 1 Salários de contribuição e direito intertemporal

Artigo 136

- 1 Menor e maior valor-teto

Artigo 137

- 1 Programa de previdência aos estudantes

Artigo 138

- 1 Regime da LC nº 11/71

Artigo 139

- 1 Benefício assistencial de prestação continuada
 - 1.1 Noção
 - 1.2 Disciplina legal
 - 1.3 Modalidades
 - 1.4 Requisitos
 - 1.4.1 Idade
 - 1.4.2 Pessoa com deficiência
 - 1.4.3 Família do assistido
 - 1.4.4 Critério econômico
 - 1.4.5 Exclusão operada pela Lei nº 10.741/03
 - 1.5 Estrangeiro não naturalizado
 - 1.6 Termo inicial
 - 1.7 Abono anual
 - 1.8 Acumulação e direito de opção
 - 1.9 Extinção
 - 1.10 Possíveis alterações sugeridas pela PEC nº 287/16
- 2 Ação judicial
 - 2.1 Legitimidade passiva
 - 2.2 Fungibilidade do pedido
 - 2.3 Habilitação de sucessores
- 3 Benefício assistencial devido ao trabalhador portuário avulso

Artigo 140

- 1 Auxílio-natalidade

Artigo 141

- 1 Auxílio-funeral

Artigo 142

- 1 Regra de transição da carência
- 2 Aplicação da regra de transição
 - 2.1 Perda da qualidade de segurado e a regra de transição
 - 2.2 Momento da fixação da carência
- 3 Aplicação da regra de transição no caso de trabalhador que exercia atividade rural antes do advento da Lei nº 8.213/91

Artigo 143

- 1 Aposentadoria por idade do trabalhador rural
- 2 Prorrogação da vigência do art. 143
- 3 Âmbito subjetivo do art. 143
- 4 Período imediatamente anterior ao requerimento e impossibilidade de conjugar o § 1º do art. 3º da Lei n. 10.666/03 com o art. 143 da LBPS
- 5 Descontinuidade e período imediatamente anterior

Artigo 144

- 1 Revisão: “buraco negro”
- 2 Aposentados no buraco negro e o direito aos novos tetos

Artigo 145

- 1 Revisão integral

Artigo 146

- 1 Regra transitória de reajustamento

Artigo 147

- 1 Base de cálculo da aposentadoria especial

Artigo 148

- 1 Aposentadorias especiais por categoria profissional

Artigo 149

- 1 Benefícios especiais
- 2 Ex-combatentes
 - 2.1 Reajustamentos para ex-combatentes
 - 2.2 Adicional de férias
 - 2.3 Teto do benefício
 - 2.4 Gratificação natalina
 - 2.5 Pensão especial do inciso II do art. 53 do ADCT
- 3 Ferrovários servidores públicos ou autárquicos
 - 3.1 Interesse de agir
 - 3.2 Verbas não incluídas na complementação

Artigo 150

- 1 Anistiado político – noção
- 2 Comprovação da condição de anistiado político
- 3 Renda mensal do anistiado
- 4 Reajustamentos do anistiado
- 5 Pensão
- 6 Questões processuais
 - 6.1 Competência
 - 6.2 Legitimidade ativa
 - 6.3 Legitimidade passiva
 - 6.4 Mandado de segurança

Artigo 151

- 1 Invalidez mórbida
- 2 Mudanças da Lei nº 13.135/15
- 3 Interpretação extensiva do enunciado

Artigo 152

- 1 Aposentadoria especial – relação de atividades

Artigo 153

- 1 Regime facultativo complementar de previdência social

Artigo 154

- 1 Regulamento

Artigo 155

- 1 Vigência

Artigo 156

- 1 Revogação genérica

Bibliografia

Anexo – Comentários à proposta de reforma da previdência: PEC nº 287/16

- 1 Introdução
- 2 As reformas da previdência social no Brasil
- 3 A proposta de Emenda Constitucional nº 287/16
- 4 Alterações no RGPS
 - 4.1 Requisitos de elegibilidade da aposentadoria voluntária do RGPS
 - 4.2 Aposentadorias especiais no RGPS
 - 4.3 Do direito adquirido
 - 4.4 Das regras de transição
 - 4.4.1 Regra de transição das aposentadorias contributivas
 - 4.4.2 Regra de transição dos professores
 - 4.4.3 Segurado especial e atividade rural
 - 4.4.4 Atividade rural exercida antes da data de promulgação da Reforma
 - 4.4.5 Regra de transição da aposentadoria originariamente não contributiva
 - 4.4.6 Da conversão do tempo especial
 - 4.5 Cálculo da aposentadoria
 - 4.6 Proibição de acumulação
 - 4.7 Pensão por morte
- 5 Regimes Próprios de Previdência
 - 5.1 Previdência complementar
 - 5.2 Proibição da existência de mais de um regime próprio
 - 5.3 Regras gerais para os regimes próprios
 - 5.4 Modalidades de aposentadorias
 - 5.4.1 As aposentadorias voluntárias dos servidores públicos
 - 5.4.2 Aposentadoria especial do professor
 - 5.4.3 Aposentadorias especiais nos RPPS
 - 5.5 Regra de transição para as aposentadorias dos servidores
 - 5.5.1 Regra de transição dos professores
 - 5.5.2 Regra de transição para os policiais
 - 5.5.3 Cálculo e reajustamento dos benefícios concedidos com base nas regras de transição
 - 5.5.4 Regra de transição para a pensão
 - 5.5.5 Abono de permanência
 - 5.6 Aplicação do teto do RGPS
 - 5.7 Cálculo das aposentadorias
 - 5.8 Do reajustamento dos benefícios

5.9 Pensão por morte

5.10 Vedação de acumulação

6 Benefício de prestação continuada

Índice remissivo